INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Em 30 de setembro de 2021 e Relatório dos Auditores Independentes



Informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Sumário

Composição do Conselho de Administração	03
Relatório do Auditor Independente sobre as informações trimestrais	04
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais	07
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente	08
Balanços patrimoniais	09
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações dos valores adicionados	1
Notas explicativas às Informações trimestrais	16

Informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Composição do Conselho de Administração

•	
Presidente	
Osvaldo Garcia	
Membros:	
Almino Monteiro Álvares Affonso	
Gilberto Magalhães Occhi	
Gilsa Eva de Souza Costa	
Marcelo Diniz de Paula Rocha	
José Umberto Pereira	
Luis Felipe Vidal Arellano	
Ruy Martins Altenfelder da Silva	
Silvani Pereira	
Torquato Lorena Jardim	
Wilson Pinheiro de Oliveira	

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreende o balanço patrimonial nesta data e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme descrito na nota explicativa nº 09, visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico NBC TG 01 (R4) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", a Companhia elabora análise anual de impairment do seu ativo imobilizado com o objetivo de comparar o valor recuperável com o valor contábil de sua Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). No exercício de 31 de dezembro de 2020, em relatório datado de 26 de março de 2021, o auditor anterior apresentou ressalva baseado na opinião de que o teste efetuado pela administração sobre o saldo do ativo imobilizado de R\$ 35.286.085 mil não atende a todos os requisitos definidos na referida norma. Em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia está em processo de elaboração do teste de impairment, de forma a atender a todos os requisitos da norma, e prevê a conclusão até o final do exercício corrente. Consequentemente, não foi possível avaliar e concluir se qualquer provisão para impairment seria necessária ou não nos saldos do ativo imobilizado no montante de R\$ 35.705.841 mil em 30 de setembro de 2021.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto mencionado na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicável à elaboração de Informações intermediárias.

Ênfase

Delação premiada de ex-executivo da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, no que diz respeito as Denúncias envolvendo o Metrô item (iii), às Informações contábeis intermediárias, que apresenta informação sobre delação premiada de ex-executivo da Companhia celebrada com o Ministério Público Federal. Com base no estágio atual de conhecimento do assunto pela Companhia, nenhuma provisão foi constituída nas informações contábeis intermediárias por não haver até o momento um processo formal pelo judiciário. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Covid-19

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1- iii) às informações financeiras intermediárias, que indica os efeitos do COVID-19 sobre suas operações até o momento, além de descrever que a Companhia tem apurado prejuízos em suas operações de R\$ 174.078 mil no trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (R\$ 804.744 mil no período findo em 30 de setembro de 2021) e apresentou capital circulante negativo em 30 de setembro de 2021, no montante de R\$ 982.717 mil, demonstrando a necessidade de aporte de recursos financeiros do seu acionista controlador. A manutenção do cenário atual em um cenário de longo prazo pode levar a Companhia à situação de dependência financeira com o seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo que, por força de Lei, tem a obrigatoriedade de suprir eventual insuficiência de fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia. A referida nota explicativa menciona ainda, ações tomadas pela Companhia no sentido de reverter esse cenário negativo. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os

critérios definidos nesta Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias.

Revisão do trimestre findo em 30 de setembro de 2020

A revisão do trimestre findo em 30 de setembro de 2020, foi efetuada por outros auditores independentes que emitiu seu relatório, com conclusão modificada em 13 de novembro de 2020, no que diz respeito ao Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", considerando o não atendimento pela Companhia de todos os requisitos definidos na norma no fechamento anual de 31 de dezembro de 2019, que poderiam ter efeitos neste trimestre findo em 30 de setembro de 2020.

São Paulo, 12 de novembro de 2021.

Mazars Auditores Independentes CRC 2SP023701/O-8

DocuSigned by:

Mauro akio Sakano

Mauro Akio Sakano CRC 1SP143589/O-9

Informações Trimestrais Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP

01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com as informações trimestrais da Companhia referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021.
São Paulo, 12 de novembro de 2021.
Silvani Pereira Diretor-Presidente
Alfredo Falchi Neto Diretor de Assuntos Corporativos
Cláudio Roberto Ferreira Diretor Comercial
Paulo Sérgio Amalfi Meca Diretor de Engenharia e Planejamento
Milton Gioia Júnior Diretor de Operações
Renato Palma Ferreira Diretor de Finanças

Informações Trimestrais Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Declaração dos diretores sobre o relatório de revisão trimestral do auditor independente

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório de revisão trimestral dos auditores independentes, referente as informações trimestrais sobre os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021.
São Paulo, 12 de novembro de 2021.
Silvani Pereira Diretor-Presidente
Alfredo Falchi Neto Diretor de Assuntos Corporativos
Cláudio Roberto Ferreira Diretor Comercial
Paulo Sérgio Amalfi Meca

Diretor de Engenharia e Planejamento

Milton Gioia Júnior Diretor de Operações

Renato Palma Ferreira Diretor de Finanças

Balanços Patrimoniais Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020



Ativo	Nota explicativa	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	73.763	187.320
Títulos e valores mobiliários		6.453	8.617
Contas a receber	4	115.352	214.357
Estoques	5	238.099	230.633
Tributos a recuperar		19.611	27.280
Outros ativos		42.915	32.308
	•	496.193	700.515
Ativos mantidos para venda		13.882	25.201
	•	510.075	725.716
Não circulante			
Contas a receber	4	4.952	3.194
Depósitos judiciais	6	172.073	177.154
Investimentos	7	14.465	14.503
Imobilizado	9	35.705.841	35.286.085
Intangível	10	32.656	33.687
	•	35.929.987	35.514.623
Total do ativo		36.440.062	36.240.339

Balanços Patrimoniais Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020



Passivo	Nota explicativa	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	11	390.188	413.848
Impostos e contribuições a recolher	12	82.968	52.039
Remunerações e encargos a pagar	13	343.434	248.697
Adiantamento de clientes	14	440.506	455.413
Partes relacionadas	15	224.517	25.471
Outras contas e despesas a pagar	_	11.179	673
	_	1.492.792	1.196.141
Não circulante			0.507
Impostos e contribuições a recolher	12	1.940	2.587
Remunerações e encargos a pagar	13	6.655	20.698
Adiantamento de clientes	14	138.022	141.909
Plano de previdência suplementar	16.2	241.267	218.415
Provisão para processos judiciais	17	1.220.100	1.389.930
Partes relacionadas	15	223.756	226.662
Outras contas e despesas a pagar	-	3.133	3.133
		1.834.873	2.003.334
Patrimônio líquido			
Capital social	18.2	41.726.180	41.726.180
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.2	889.611	-
Ações em tesouraria		(16)	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		(88.402)	(75.068)
Prejuízos acumulados	-	(9.414.976)	(8.610.232)
		33.112.397	33.040.864
Total do passivo e patrimônio líquido	-	36.440.062	36.240.339

Demonstrações de resultados Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020



		Três meses findo em		Nove meses	findo em
	Nota explicativa	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receita operacional líquida	19	409.919	294.652	1.070.217	1.082.178
Custo dos serviços prestados	20	(621.191)	(605.246)	(1.743.225)	(1.757.903)
Prejuízo bruto	-	(211.272)	(310.594)	(673.008)	(675.725)
Receitas (despesas) operacionais	20				
Despesas com vendas		(7.551)	(7.735)	(36.506)	(20.239)
Despesas gerais e administrativas		(87.311)	(299.016)	(247.990)	(903.881)
Outras receitas (despesas) operacionais, Iíquidas		132.900	108.712	154.265	175.789
	-	38.038	(198.039)	(130.231)	(748.331)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	-	(173.234)	(508.633)	(803.239)	(1.424.056)
Resultado financeiro, líquido	21				
Receitas financeiras		3.337	4.623	11.384	13.238
Despesas financeiras		(4.038)	(1.709)	(12.357)	(5.257)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(143)	2.784	(532)	9.847
	-	(844)	5.698	(1.505)	17.828
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(174.078)	(502.935)	(804.744)	(1.406.228)
Imposto de renda e contribuição social Corrente		_	-	_	-
Prejuízo do período	-	(174.078)	(502.935)	(804.744)	(1.406.228)
Prejuízo do período por ação (Em R\$)					
Básico - ON	23	(23,05)	(70,02)	(106,55)	(195,78)

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020



	Três meses	Três meses findo em		s findo em
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Prejuízo do período	(174.078)	(502.935)	(804.744)	(1.406.228)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	(2.164)	-	(2.164)	(123)
Perda atuarial	(11.170)	-	(11.170)	-
Total do resultado abrangente	(187.412)	(502.935)	(818.078)	(1.406.351)

Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.010.915		(16)	43.271	(6.908.892)	33.145.278
Prejuízo do período	-	-	_	-	(1.406.228)	(1.406.228)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	-	-	-	(123)	-	(123)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	547.717	-	-	-	547.717
Saldos em 30 de setembro de 2020	40.010.915	547.717	(16)	43.148	(8.315.120)	32.286.644
Saldos em 31 de dezembro de 2020	41.726.180		(16)	(75.068)	(8.610.232)	33.040.864
Prejuízo do período	-	-		-	(804.744)	(804.744)
Valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(2.164)	-	(2.164)
Perda atuarial	-	-	-	(11.170)	-	(11.170)
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u> </u>	889.611				889.611
Saldos em 30 de setembro de 2021	41.726.180	889.611	(16)	(88.402)	(9.414.976)	33.112.397

Demonstrações dos fluxos de caixas Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020



	30/09/2021	30/09/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(804.744)	(1.406.228)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas		
atividades operacionais		
Depreciação e amortização	507.747	481.102
Resultado na venda de investimentos	(39.912)	(37.349)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	975	3.730
Juros sobre passivo atuarial	11.682	4.953
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	(169.830)	511.290
Constituição de perda de crédito esperada	12.068	10.088
Redução ao valor recuperável de ativos	58.888	-
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	5.699	151
Resultado líquido ajustado	(417.427)	(432.263)
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	26.291	99.376
Estoques	(13.165)	(5.632)
Tributos a recuperar	7.669	8.238
Depósitos judiciais	5.081	7.980
Outros ativos	(10.607)	(33.432)
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores	(23.660)	(36.792)
Remunerações e encargos a pagar	80.694	35.239
Impostos e contribuições a recolher	30.282	2.646
Adiantamento de clientes	(18.794)	53.045
Partes relacionadas	196.140	(3.831)
Outras contas e despesas a pagar	10.506	(2.296)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(126.990)	(307.722)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(916.621)	(728.743)
Aquisição de intangível	(13.722)	(139)
Alienação de ativos	54.165	37.350
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(876.178)	(691.532)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	889.611	547.717
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	889.611	547.717
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(113.557)	(451.537)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	187.320	674.262
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	73.763	222.725
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(113.557)	(451.537)

Demonstrações dos valores adicionados Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020



	30/09/2021	30/09/2020
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	1.101.819	1.114.643
Outras receitas	49.518	159.597
Constituição / (reversão) de perda de crédito esperada, líquida	(11.621)	(8.107)
Institute and describing and the market	1.139.716	1.266.133
Insumos adquiridos de terceiros Custos dos serviços prestados	(271.065)	(293.528)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(48.629)	(633.425)
Perdas com ativos	(8.206)	(2.538)
1 class com auvos	(327.900)	(929.491)
	,	
Valor adicionado bruto	811.816	336.642
Depreciação e amortização	(507.747)	(481.102)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	304.069	(144.460)
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros, lucros e dividendos sobre ações	269	124
Receitas financeiras	13.577	25.405
Outras	160.000	-
	173.846	25.529
Valor adicionado total a distribuir	477.915	(118.931)
Empregados		
Remuneração e encargos sociais	1.109.218	1.079.475
Honorário da diretoria e conselhos	2.022	2.068
Programa de Participação nos Resultados - pagamento (Reversão)	-	34.152
Plano de pensão	34.804	27.480
	1.146.044	1.143.175
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	96.021	106.718
Estaduais	69	102
Municipais	20.002	19.767 126.587
Remuneração de capitais de terceiros	116.092	120.587
Juros e variações monetárias	3.166	2.444
Aluguéis	17.357	15.091
Muguois	20.523	17.535
Remuneração de capitais próprios	20.020	000
Prejuízo do exercício	(804.744)	(1.406.228)
	(804.744)	(1.406.228)
Valor adjalanda tatal distribuida	477.045	(440.004)
Valor adicionado total distribuído	477.915	(118.931)

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



1 Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo – SP, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 97,30% das ações ordinárias. A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo, a Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo – RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 – Azul (Jabaquara - Tucuruvi), Linha 2 – Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 – Vermelha (Corinthians-Itaquera – Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 – Prata (Vila Prudente – São Mateus). Estas linhas, conjuntamente, cobrem 69,7 quilômetros de extensão (não auditado) e transportaram a média de 1,978 milhões de passageiros (não auditado) nos dias úteis do 3° trimestre de 2021.

Linha 4 – Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada (São Paulo-Morumbi – Luz) pelo prazo de 30 anos, com previsão de término em 21 de junho de 2040.

Linha 5 – Lilás: em 04 de agosto de 2018 passou a ser operada pelo Consórcio Via Mobilidade (Capão Redondo – Chácara Klabin). O contrato tem vigência de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038, contemplando sua gestão, manutenção e implantação de melhorias. Assim, o consórcio iniciou a operação dos serviços públicos de transporte de passageiros do trecho entre as estações Capão Redondo e Chácara Klabin, além do pátio de manutenção e estacionamento Guido Caloi. A Linha 5 – Lilás faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 – Verde na estação Chácara Klabin, e fará integração com a futura Linha 17 – Ouro (sistema monotrilho) na estação Campo Belo, com previsão de demanda estimada de 800 mil novos passageiros por dia em operação comercial regular.

Adicionalmente, estão em construção, a extensão da Linha 2 – Verde (trecho Orfanato – Penha), a extensão da Linha 15 – Prata (trecho São Mateus – Jardim Colonial) e Linha 17 – Ouro (trecho Jd. Aeroporto – Congonhas – Morumbi (CPTM) e Pátio Água Espraiada), no sistema de transporte em monotrilhos, além da extensão da Linha 4 – Amarela (Vila Sônia e Pátio Vila Sônia).

Entre os principais eventos ocorridos no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, destacamos:

i) Apoio as linhas concedidas

Durante o período findo no 3º trimestre de 2021, o Governo do Estado de São Paulo – GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 17.309 de 29/12/2020, no montante de R\$ 100.261 como apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP da Linha 4 – Amarela, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto da concessão desta linha no sistema de arrecadação.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)



ii) Subvenção em decorrência dos efeitos econômicos da pandemia da COVID-19

No trimestre findo em 30 de setembro 2021, a Companhia recebeu do Governo do Estado de São Paulo a título de subvenção o montante de R\$ 160 milhões em decorrência de perdas extraordinárias incorridas devido a Pandemia da COVID-19.

iii) Impactos financeiros gerados pela pandemia da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde "OMS" declarou situação de pandemia mundial em decorrência da velocidade de propagação da contaminação pelo novo coronavírus ("COVID-19"), causando impactos financeiros generalizados em escala universal.

Neste contexto, o decreto 64.879 de 20 de março de 2020 publicado pelo Governo do Estado de São Paulo reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dispõe sobre medidas adicionais para enfrentá-lo. Como consequência, foi decretado o estado de quarentena, com medidas para tentar reduzir a velocidade de propagação e disseminação da doença, dentre elas: a recomendação de distanciamento social, restrições para funcionamento de escritórios, serviços não essenciais, comércio, shoppings centers, escolas, dentre outras atividades econômicas. Dentre as medidas adotadas no Estado, a restrição da circulação da população resultou em queda da arrecadação dos serviços de transporte, bem como na redução significativa da receita não tarifária.

O volume de passageiros transportados na rede foi menor em 2,8%, em comparação com o período correspondente em 2020, anterior à pandemia. Foram transportados 401 milhões (não auditado) de passageiros nos nove meses findos em 30 de setembro de 2021, enquanto no mesmo período de 2020 foram transportados 413 milhões (não auditado) de passageiros. A média de passageiros transportados em dias úteis foi de 1,78 milhões (não auditado) de passageiros em 2021 e de 1,84 milhões (não auditado) em 2020, apresentando redução de 2,9% (não auditado).

Para enfrentar esse cenário desafiador, a Companhia vem atuando ativamente no sentido de: buscar iniciativas de arrecadação, monitorar atentamente a evolução da recuperação da demanda por transporte de passageiros, estabelecer estratégias financeiras e operacionais alinhadas com as necessidades e capacidade da Companhia, sempre buscando minimizar os impactos na entrega do serviço à Sociedade.

Entre outras ações, as seguintes medidas foram tomadas pela Companhia:

- Promoção de ações de controle rigorosas para garantir o fluxo mínimo de pagamentos necessários visando a manutenção de suas atividades operacionais e empenha todos os esforços necessários para minimizar os impactos que podem ser refletidos na prestação de serviços aos seus clientes;
- Atuação com foco no corte de despesas e na renegociação de contratos de determinados serviços;
- Adoção do teletrabalho permanente para alguns setores administrativos a entrega de imóveis corporativos, bem como a colocação a venda de um edifício próprio que possui valor significativo; e
- Intensificação das ações que visam o incremento de receitas não tarifárias.

A Companhia estima a recuperação parcial do volume de passageiros transportados, ao longo de 2022.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 982.717, apurou prejuízo de R\$ 804.744 e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 126.990.

Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

i) Cartel do setor Metroferroviário:

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor metroferroviário no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1998 e 2009, e dentre os atingidos foram citados os contratos de aquisição de trens da CPTM para a Linha 5 - Lilás e um contrato do Metrô para fornecimento de sistema para a Linha 2 - Verde.

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida. Houve interposição de recursos de Embargos de Declaração com efeito suspensivo; após análise os recursos foram rejeitados parcialmente. Em 22/12/2020 houve o trânsito em julgado do caso perante o CADE.

Diante do curso do processo, a Companhia analisa eventuais reflexos e perdas em seu patrimônio líquido no período findo em 30 de setembro de 2021, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes da conduta das empresas envolvidas, uma vez que os contratos tidos por irregulares estão incluídos na ação judicial supracitada.

ii) Cartel de Empreiteiras - Operação Lava Jato:

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. A apuração tramita perante a Superintendência geral da autarquia e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto aquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, objeto de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia cinco empresas principais ("G-5"): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A com autorização para operar o equipamento "*Shield*", comumente conhecido como "Tatuzão", utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para se tornarem vencedoras de certames licitatórios, evitando descontos nas licitações e burlando a competitividade, com suposto envolvimento de agentes públicos. O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das linhas 2 – Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212).

Há uma ação civil pública de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Ainda são cabíveis recursos pelas empresas. A condenação imposta às contratadas das obras civis

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



da Linha 5 – Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

A Companhia do Metrô, em janeiro de 2021, deu início a um cumprimento provisório do julgado em face das empresas Construtora Andrade Gutierrez S.A, Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A, Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A; Construtora Queiroz Galvão SA e Construtora OAS Ltda, no valor de R\$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução, contudo, foi suspensa em 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça. No estágio atual, aguardase o julgamento dos recursos interpostos pelas empreiteiras no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

iii) Impactos decorrentes de delação premiada - Operação Lava Jato

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil, firmou acordo de delação premiada junto à Justiça Federal na operação Lava Jato para confirmação de recebimento de propina durante os períodos de licitação e construção das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja. Segundo o delator, os episódios envolvendo o pagamento de propina teriam ocorrido entre 2004 e 2014. Embora Sérgio Correia Brasil tenha negociado o pagamento de aproximadamente R\$ 6,6 milhões a título de ressarcimento aos cofres públicos, devido ao fato de o processo tramitar em segredo de justiça, a Companhia ainda não possui elementos materiais que possam ser utilizados como base para qualquer avaliação sobre os impactos decorrentes de eventuais perdas a serem refletidas nas Informações Trimestrais referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2021. O Processo corre na 3º Vara Criminal Federal, sob o nº 0005803-30.2017.4.03.6181 e ainda não tem decisão de 1ª instância, permanecendo em segredo de justiça. Houve discussão sobre a competência entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual para julgar as ações penais nº 0107992-40.2018.8.26.0050 e 0033961-49.2018.8.26.0050 que tramitavam na esfera Estadual, nas quais o Sr. Sérgio Correa Brasil é réu, tendo sido declarada a competência da Justiça Federal.

Há uma ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação – Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 – Lilás (Concorrência nº 41428212). O valor da ação é de R\$ 336.916, com determinação de bloqueio de bens dos réus da ação. A Companhia e o GESP ainda não foram intimados para a referida ação.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e *compliance* e vem tomando medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

Sistema de bilhetagem do Bilhete Único - BU:

A Companhia, na condição de participante do Convênio do Sistema Bilhete Único - BU, gerido pela SPTrans, é parte integrante do Comitê Gestor de Integração - CGI.

O Comitê Gestor de Integração é formado por 4 representantes da SPTrans, 1 representante de cada partícipe que são: Metrô, CPTM, Vem ABC, ViaQuatro, Move São Paulo, ViaMobilidade, além de 2 representantes da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT e finalmente por 1 representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM.

A Companhia do Metrô, de forma independente ao CGI notificou extra judicialmente a SPTrans sobre eventuais desvios de valores na arrecadação do sistema BU.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



O CGI deliberou pela realização de auditoria financeira independente e na qualidade de partícipe do convênio, a Companhia do Metrô realizou a contratação em nome do CGI. A referida contratação foi encerrada, em 2020, sem o cumprimento de seu escopo por indisponibilidade dos dados pela SPTrans, empresa municipal proprietária e gerenciadora do Sistema de Bilhetagem do BU.

Associação de Apoio de Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo ("ABASP"):

Em 18 de julho de 2019, a Companhia se tornou membro especial da ABASP, entidade privada que tem como objetivo principal a operação de um novo sistema de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros. Dentre os principais objetivos da ABASP, destacamse a modernização do sistema de arrecadação nas bilheterias da Companhia como o aplicativo "Top", desenvolvido para compra de créditos eletrônicos pelo método "QR-Code", visando a substituição do bilhete Edmonson. Na condição de membro especial, a Companhia possui direito a voto e veto sobre as principais decisões no âmbito da Associação, permitindo uma participação de forma ativa no processo de padronização e uniformização da proposta que envolve um novo sistema de bilhetagem e arrecadação.

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 21 (R4) (demonstração intermediária), e evidencia todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A emissão dessas informações trimestrais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de novembro de 2021.

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- Títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e bancos - custeio	8.044	10.267
Caixa e bancos - investimento	2.663	3.938
Total de caixa e bancos	10.707	14.205
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	34.145	77.276
Aplicações - investimento	28.911	95.839
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	63.056	173.115
Total de custeio	42.189	87.543
Total de investimento	31.574	99.777
Total de caixa e equivalentes de caixa	73.763	187.320

De acordo com o Decreto Estadual n° 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

Em 30 de setembro de 2021, a remuneração média é de 62,26% do CDI. (44,60% em 31 de dezembro de 2020).

4 Contas a receber

4.1 Contas a receber, líquidos

	30/09/2021	31/12/2020
Terceiros	290.270	263.368
Comissionados ^(a)	3.225	2.970
Partes relacionadas		
Governo do Estado de São Paulo ^(b)	59.752	172.535
	353.247	438.873
Perda de crédito esperada	(232.943)	(221.322)
Total do contas a receber, líquido	120.304	217.551
Total - circulante	115.352	214.357
Total - não circulante	4.952	3.194

⁽a) Representa o montante a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP ou a entidades públicas.

⁽b) GESP e Metrô celebraram entre si, em 30 de outubro de 2015, Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). Em 30 de setembro de 2021, a companhia reconheceu redução ao valor recuperável no montante de R\$ 58.888 em contrapartida ao resultado período.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros, no montante de R\$ 13.201 em 31 de dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2021, não há montantes a receber referente ao ressarcimento de gratuidades.

4.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

30/09/2021				31/12/2020		
Circulante e não circulante	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido
A vencer	101.136	(1.097)	100.039	198.141	(492)	197.649
Vencidos até 30 dias	10.131	(2.112)	8.019	6.811	(962)	5.849
Vencidos de 31 até 60 dias	4.326	(807)	3.519	5.215	(3.694)	1.521
Vencidos de 61 até 90 dias	3.321	(832)	2.489	10.044	(2.824)	7.220
Vencidos de 91 até 180 dias	7.251	(1.117)	6.134	9.554	(4.242)	5.312
Vencidos de 181 até 360 dias	20.217	(20.113)	104	11.347	(11.347)	-
Vencidos superiores a 360 dias	206.865	(206.865)	<u> </u>	197.761	(197.761)	-
Total	353.247	(232.943)	120.304	438.873	(221.322)	217.551
Total - circulante	348.295	(232.943)	115.352	435.679	(221.322)	214.357
Total - não circulante	4.952	-	4.952	3.194	-	3.194

A Companhia estima a perda esperada para as operações de crédito através da aplicação da abordagem simplificada, prevista no CPC - 48 Instrumentos Financeiros (NBC TG 48), por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato, considerando a segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

4.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	30/09/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(221.322)	(274.140)
(Adições) / reversões	(12.068)	50.519
Créditos baixados definitivamente da posição	447	2.299
Total	(232.943)	(221.322)

5 Estoques

	30/09/2021	31/12/2020
Materiais de uso comum e administrativo	6.696	7.156
Materiais de reposição	172.283	154.387
Materiais de consumo geral e manutenção	34.884	36.683
Materiais em poder de terceiros ^(a)	29.660	31.176
Outros	900	1.856
(-) Materiais obsoletos	(6.324)	(625)
Total	238.099	230.633

⁽a) Trata-se de materiais enviados para terceiros a título de reparos, beneficiamento, testes, empréstimos etc. Deste total, o montante de R\$ 28.680 encontra-se em poder da Via Mobilidade para a operacionalização da Linha 5 – Lilás.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



5.1 Movimentação da provisão de materiais obsoletos

	30/09/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(625)	(474)
Adições	(6.181)	(784)
Reversões	482	633
Total	(6.324)	(625)

Não foram disponibilizados itens dos estoques para penhor ou garantia a passivos para os períodos apresentados.

6 Depósitos judiciais

	30/09/2021	31/12/2020
Trabalhistas	55.314	59.456
Cíveis	35.835	37.049
Tributários e previdenciários	79.846	79.571
Outros depósitos	1.078	1.078
Total	172.073	177.154

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota 25 – Cobertura de Seguros. Em 30 de setembro de 2021, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 171.166.

7 Investimentos

	30/09/2021	31/12/2020
Terrenos para investimentos - saldo inicial	9.389	14.760
Adições	-	35.349
Baixas	(38)	-
Tranferência para ativos mantidos para venda ^(a)	-	(40.720)
Total	9.351	9.389
Obras de arte	5.114	5.114
Total	14.465	14.503

⁽a) Refere-se a transferências realizadas no período para a rubrica Ativos mantidos para venda.

8 Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Para o período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), participação nos resultados, encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores são apresentados a seguir:

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Três meses	Três meses findo em		s findo em
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Administradores				
Remuneração	1.011	980	2.940	2.897
Participação nos resultados - PPR	-	-	-	9
Encargos sociais	134	128	390	371
Beneficios	58	54	167	163
Previdência suplementar	10	10	30	28
Total no período	1.213	1.172	3.527	3.468
Número de Membros (ao fim do período)				
Conselho de Administração	11	10	11	10
Conselho Fiscal - efetivos	4	5	4	5
Comitê de Auditoria Estatutária	3	3	3	3
Diretoria Executiva	6	6	6	6

O maior honorário atribuído a dirigente em 30 de setembro de 2021, em consonância a Lei n° 8.852/94, corresponde a R\$ 21.939,31 para diretor estatutário (parecer do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC n° 001/2019) e a R\$ 33.191,24 para diretor não estatutário.

9 Imobilizado

9.1 Composição

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2021
Custo						
Obras civis (a)		20.366.505	12.581	(493)	9.177	20.387.770
Sistemas (b)		11.177.872	1.565		533.378	11.712.815
Terrenos		2.727.795	90.213	(2.934)	247	2.815.321
Obras em andamento		6.121.497	777.443	(858)	(465.284)	6.432.798
Adiantamentos		394.879	34.819		(77.518)	352.180
Total		40.788.548	916.621	(4.285)	-	41.700.884
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(2.887.744)	(227.512)	414	_	(3.114.842)
Sistemas (b)	2,90%	(2.614.719)	(265.482)	-	-	(2.880.201)
Total		(5.502.463)	(492.994)	414	-	(5.995.043)
Total imobilizado		35.286.085	423.627	(3.871)		35.705.841

⁽a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

I) Avaliação anual de valor não recuperável de ativo (impairment)

a) Teste de impairment da unidade geradora de caixa ("UGC")

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou análise do valor recuperável de sua UGC formada pela malha metroferroviária, que inclui os seguintes ativos: obras civis, sistemas e terrenos. No processo de avaliação anual sobre a recuperabilidade de seus ativos, a Companhia identificou restrições para a determinação do valor em uso da UCG no teste de *impairment*. Isso porque os fluxos de caixa elaborados pela Companhia não são preparados no modelo requerido pelo NBC TG

⁽b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



01 (R4), uma vez que a Companhia elabora suas projeções financeiras com base em requerimentos estabelecidos por Decretos Estaduais emitidos pelo seu acionista (GESP), que visam a ampliação e expansão da oferta de transporte público. Os seguintes elementos poderiam resultar em distorção na mensuração do valor em uso da referida UGC:

- Controle tarifário: as tarifas praticadas pela Companhia são determinadas com base em políticas públicas definidas pelo seu acionista (GESP);
- ii. Taxas de desconto: os recursos necessários para a construção de ativos pertencentes à UCG são integralmente advindos de aportes realizados pelo seu acionista. Com isso, a Companhia apresenta restrições para determinação do seu custo de capital. Como alternativa, a NBC TG 01 (R4) também orienta para que sejam utilizadas taxas implícitas em transações correntes para ativos de mercado semelhantes, porém, a especificidade dos ativos da Companhia pode fazer com que eventuais definições possam causar distorções significativas nos resultados alcançados;
- iii. Finalidade para a utilização dos ativos: a Companhia não possui como finalidade principal a exploração comercial de seus ativos, mas sim o fornecimento de serviços públicos à população. Dessa forma, o interesse da Companhia está voltado à oferta de transporte público em massa em benefício da população, logo, os benefícios econômicos gerados pela utilização dos ativos transcendem a geração de taxas de retornos.

Face às dificuldades identificadas acima, a Companhia mensurou o valor recuperável de seus ativos com base nas orientações da NBC TG 01 (R4), que determinam que o valor recuperável deve ser o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. Dessa forma, os resultados alcançados na determinação do valor justo líquido das despesas de venda são apresentados abaixo:

	31/12/2020
Ativos imobilizados	28.776.375
Ativos intangíveis	33.687
Total dos ativos componentes da UGC	28.810.062
Valor justo, líquido de despesas com vendas Redução ao valor recuperável	52.040.092

9.2 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador – GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.

O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente. De acordo com o NBC TG 27 (R4) e ITG 01 – Contratos de Concessão, a qualificação da Companhia como interveniente neste processo justifica a manutenção da contabilização destes ativos registrados em seu imobilizado.

No período findo em 30 de setembro de 2021, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Taxa anual	Custo de aquisição		Total do ativo
	ponderada de depreciação	Linha 4	Linha 5	imobilizado
Custo				
Obras civis ^(a)		3.515.479	8.184.464	11.699.943
Sistemas (b)		1.172.895	2.444.840	3.617.735
Terrenos		233.550	840.778	1.074.328
Obras em Andamento		1.051.646	119.904	1.171.550
Total		5.973.570	11.589.986	17.563.556
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(416.420)	(367.538)	(783.958)
Sistemas (b)	2,90%	(256.316)	(217.545)	(473.861)
Total		(672.736)	(585.083)	(1.257.819)
Total do imobilizado sob concessão		5.300.834	11.004.903	16.305.737

⁽a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

10 Intangível

10.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 30/09/2021
Softwares	20% a.a.			
Custo de Aquisição		100.152	13.722	113.874
Amortização		(66.465)	(14.753)	(81.218)
Total do intangível		33.687	(1.031)	32.656

11 Fornecedores

	30/09/2021	31/12/2020
Terceiros nacionais		
Empreiteiras - obras civis	49.638	134.065
Fornecedores de sistemas	174.813	160.218
Prestação de serviços	105.879	72.041
Energia elétrica	14.297	6.587
Outros	44.436	40.823
Fornecedores nacionais	389.063	413.734
Fornecedores internacionais	1.125	114
Total	390.188	413.848

⁽b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



12 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2021	31/12/2020
Circulante		
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	2.643	2.713
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	17.974	17.523
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	46.409	35
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	13.715	28.202
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	1.058	2.119
Parcelamentos tributários	934	934
Outros impostos e contribuições ^(a)	235	513
Total	82.968	52.039
Não circulante		
Parcelamentos tributários	1.940	2.587
Total	1.940	2.587
Total geral	84.908	54.626

⁽a) Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS e CIDE.

13 Remunerações e encargos a pagar

	30/09/2021	31/12/2020
Salários a pagar	27.853	7.413
Encargos sociais ^(a)	69.176	57.986
Parcelamentos previdenciários	1.086	1.792
Férias	137.793	125.094
Programa de demissão voluntária - PDV	24.211	47.298
Participação no resultado - PPR	24.931	26.296
Outros valores a pagar (b)	65.039	3.516
	350.089	269.395
Total - circulante	343.434	248.697
Total - não circulante	6.655	20.698
Total de remunerações e encargos a pagar	350.089	269.395

⁽a) Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui o valor de R\$ 20.346 referente a FGTS a pagar, o qual foi diferido de acordo com a Medida Provisória 1.046/2021.

⁽b) Inclui: 13° salário, verbas rescisórias e pensões judiciais.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



14 Adiantamento de clientes

	30/09/2021	31/12/2020
Circulante		
Créditos em poder do passageiro ^(a)	432.415	449.599
Locações a apropriar	723	1.220
Centros comerciais	3.898	3.898
Outros	3.470	696
Total	440.506	455.413
Não circulante		
Centros comerciais	127.786	131.398
Outros	10.236	10.511
Total	138.022	141.909
Total geral	578.528	597.322

⁽a) Créditos em poder do passageiro são compostos pelos bilhetes: Único, Edmonson e Bom. Os créditos adquiridos pelos passageiros não estão sujeitos a um período limite para sua utilização.

15 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui política vigente aprovada pelo Conselho de Administração para regular e orientar seu corpo de profissionais na celebração de transações e contratos envolvendo partes relacionadas e em situações que possam gerar potencial conflito de interesses nestas operações. Desta forma, a política de partes relacionadas objetiva assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência de processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

			30/09/2021			31/12/2020	
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Partes relacionadas	Natureza da principal operação			_			
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte (a)	59.752	-	59.752	172.535	-	172.535
Comissionados	C/R - Empregados cedidos (b)	3.225	<u> </u>	3.225	2.970	-	2.970
		62.977		62.977	175.505		175.505
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios (c)	(3.874)	(223.756)	(227.631)	(3.874)	(226.662)	(230.536)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(d)	(90.692)	-	(90.692)	(21.597)	-	(21.597)
GESP	C/P - Gratuidades a apropriar (e)	(129.951)		(129.951)			-
		(224.517)	(223.756)	(448.274)	(25.471)	(226.662)	(252.133)
Resultado	·	Nove me	eses findos em 30	0/09/21	Nove me	ses findos em 30/	09/20
CBTU	C/P - Convênios (c)	-	-	(2.906)	-	-	(2.906)
Administração	Despesas com folha ^(f)	-	-	3.527		<u> </u>	3.468
Total		-		621		-	562

⁽a) Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros, conforme nota explicativa n° 4.1.

⁽b) Conforme demonstrado na nota 4.1 (a) Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP ou a entidades públicas.

⁽c) Montantes a serem reconhecidos em conta de resultado pelo regime de competência, cuja origem se deve a convênio firmado com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU para repasse de R\$ 270 milhões de

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



reais recebidos como subvenção do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, para prosseguimento das obras da Linha 2 – Verde, conforme disposto na Medida Provisória nº 408 de dezembro de 2007.

- (d) Montantes a pagar ao Metrus Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.
- (e) Referem-se a valores recebidos do GESP referente a gratuidades, no transporte de passageiros.
- (f) Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselho e Comitês.

16 Planos de previdência suplementar

16.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltado aos seus empregados e administrado pelo Metrus — Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

i) Benefício definido (Plano I)

Concedido a empregados contratados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

ii) Contribuição definida (Plano II)

Concedido a empregados contratados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições que são fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que, no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano, enquanto no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.2 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	180.454
Custo do serviço corrente	14.954
Juros sobre obrigação atuarial	13.207
Contribuições da patrocinadora	(7.664)
Perdas atuariais - ORA (2020)	235.879
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	436.830
Ajuste Perdas atuariais - ORA (2020) (a)	22.340
Juros sobre obrigação atuarial	23.364
Saldo final em 30 de setembro de 2021	482.534
Valor presente das obrigações atuariais	1.861.785
Valor justo dos ativos do plano	(1.379.252)
Passívo líquido em 30 de setembro de 2021	482.534
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	241.267

⁽a) O montante refere-se ao ajuste real em relação à projeção para inflação em 2021, calculada no exercício anterior. Tal evento possui contrapartida na rubrica de Outros Resultados Abrangentes ("ORA").

A Companhia reconhece os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

Em 30 setembro de 2021, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R\$ 36.440 (R\$ 92.068 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020).

17 Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. As provisões estão assim demonstradas:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualizações monetárias	Liquidações/ reversões	Saldo em 30/09/2021
Trabalhistas	298.375	8.040	7.632	(36.014)	278.033
Cíveis	1.082.762	6.862	96.598	(245.744)	940.478
Tributários e previdenciários	8.793	-	353	(7.557)	1.589
Total	1.389.930	14.902	104.583	(289.315)	1.220.100

17.1 Processos trabalhistas

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia figura no polo passivo em 4.356 processos de natureza trabalhista.

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.2 Processos cíveis

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia figura no polo passivo em 677 processos de natureza cível.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, às discussões de créditos a receber e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrus assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrus para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL – Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existe, atualmente, uma demanda judicial entre EMTEL e Metrus, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação. Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrus também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrus, quaisquer despesas provenientes destes processos, se devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. Em 30 de setembro de 2021, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R\$ 672.141 (R\$ 610.556 em 31 de dezembro de 2020).

Consórcio Construcap Constran

A Companhia atua como Requerida em processo indenizatório movido pelo Consórcio Construcap Constran, decorrente de contrato firmado entre as partes no ano de 2009, cujo objeto corresponde à execução das obras civis, contemplando obra bruta e acabamento, e implantação da superestrutura da via permanente de trecho da Linha 5 – lilás da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô.

A autora requer pagamento de indenização em razão de possível desequilíbrio econômico-financeiro gerado pelo aumento do prazo da obra, bem como declaração de nulidade da multa imposta após regular processo administrativo em decorrência de atrasos na execução do objeto contratado.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia avalia a probabilidade de perda do processo como provável no montante estimado de R\$ 94.124 (R\$ 82.661 em 31 de dezembro de 2020).

17.3 Processos tributários e previdenciários

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia figura no polo passivo em 893 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária.

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)



17.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	30/09/2021	31/12/2020
Trabalhistas	329.211	291.131
Cíveis (a)	3.749.880	3.353.906
Tributários e previdenciários	26.335	28.004
Total	4.105.426	3.673.041

(a) Os cinco maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Corsan-Corviam Construccion S.A, Consórcio Metropolitano 5 e Bombardier Transportation Brasil. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R\$ 2.056.080 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Companhia.

A Companhia atua como Requerida em processo indenizatório movido pelo Boulevard São Bento, decorrente de contrato firmado entre as partes para concessão de uso de espaços na Estação São Bento, da Linha 1 - Azul da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô.

A autora requer pagamento de indenização em razão de possível desequilíbrio econômico-financeiro, gerado em decorrência de suposto descumprimento contratual por parte da Companhia.

Entretanto, em decorrência de decisão ocorrida no mês de junho de 2021 que anulou a sentença proferida anteriormente, face às novas perspectivas motivadas por tal decisão, a Companhia reavaliou a probabilidade de perda de tal processo e reclassificou de "provável" para "possível".

A Companhia atua como Requerida em processo indenizatório movido pela Inepar Equipamentos e Montagens S.A, referente a pleito de desequilíbrio econômico-financeiro. Em face da sentença, a Companhia interpôs recurso de Apelação e o Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao apelo, julgando improcedente a demanda. A Companhia reavaliou a probabilidade de perda de tal processo e reclassificou de "provável" para "possível".

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado cujo montante, conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social, é de R\$ 52.674.522.

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

18.2 Capital social

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e realizado é de R\$ 41.726.180, composto por 7.552.900 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada.

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia registrou o montante de R\$ 889.611 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Tais recursos são provenientes de seu acionista majoritário.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do capital social é apresentada abaixo:

Acionista	30/09/2021		31/12/2020	
	Quantidade - ON	%	Quantidade - ON	%
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	7.348.650	97,30%	7.348.650	97,30%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	202.032	2,67%	202.032	2,67%
BNDES Participações S.A BNDESPAR	1.171	0,02%	1.171	0,02%
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	1.043	0,01%	1.043	0,01%
Outros - ações em tesouraria	4	0,00%	4	0,00%
Total	7.552.900	100,00%	7.552.900	100,00%

19 Receita operacional líquida

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receita tarifária	327.858	236.481	850.559	828.681
Gratuidades (ressarcimento) ^(a)	49.375	42.549	125.735	177.194
Desenvolvimento imobiliário	24.397	11.070	60.775	50.187
Varejo	6.838	5.083	23.345	28.088
Mídia e publicidade	10.446	4.872	31.302	21.173
Telecomunicações	2.969	4.592	9.999	11.251
Outros negócios	105	19	105	28
Receita não tarifária	44.755	25.636	125.526	110.727
Receita operacional bruta	421.988	304.666	1.101.820	1.116.602
Deduções e abatimentos	-	-	-	(1.958)
Impostos sobre a receita bruta (b)	(12.069)	(10.014)	(31.603)	(32.466)
Deduções e impostos	(12.069)	(10.014)	(31.603)	(34.424)
Receita operacional líquida	409.919	294.652	1.070.217	1.082.178

⁽a) Ressarcimento de gratuidade no uso dos transportes oferecidos à população por meio de políticas públicas implementadas. O montante registrado refere-se à quantidade de passageiros transportados no período.

⁽b) Inclui os montantes de R\$ 7.547 e R\$ 7.641 nos três meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, e os montantes de R\$ 19.528 e R\$ 22.220 nos noves meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, referentes à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



20 Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	Três meses	findo em	Nove meses findo em	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	(338.312)	(313.355)	(916.863)	(923.090)
Materiais	(14.783)	(14.096)	(42.800)	(39.029)
Energia elétrica de tração	(41.148)	(50.052)	(117.989)	(144.391)
Serviços	(39.632)	(46.099)	(115.545)	(129.411)
Gastos gerais	(20.407)	(20.851)	(59.416)	(57.984)
Depreciação e amortização	(166.909)	(160.793)	(490.612)	(463.998)
	(621.191)	(605.246)	(1.743.225)	(1.757.903)
Despesas com vendas				
Pessoal	(6.275)	(6.368)	(17.477)	(18.035)
Materiais	-	-	1	(1)
Serviços	(385)	(729)	(1.105)	(1.506)
Gastos gerais	(890)	(636)	(17.921)	(691)
Depreciação e amortização	(1)	(2)	(4)	(6)
	(7.551)	(7.735)	(36.506)	(20.239)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(87.974)	(75.831)	(218.773)	(215.801)
Materiais	(451)	(811)	(1.513)	(1.492)
Serviços	(27.811)	(13.369)	(68.815)	(50.664)
Gastos gerais ^(a)	34.848	(203.342)	58.242	(618.826)
Depreciação e amortização	(5.923)	(5.663)	(17.131)	(17.098)
	(87.311)	(299.016)	(247.990)	(903.881)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Receitas com a prestação de outros serviços	2.097	1.573	10.414	5.975
Multas contratuais	2.503	3.925	4.124	8.431
Resultado na alienação de ativos	27.365	-	39.916	37.350
Créditos convênio CBTU	969	969	2.906	2.906
Baixas de imobilizados e intangível	(562)	30	(79)	425
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	100.528	102.215	96.984 [°]	120.702
	132.900	108.712	154.265	175.789
	(583.153)	(803.285)	(1.873.456)	(2.506.234)
				<u> </u>

⁽a) No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, a Companhia reverteu a provisão para perda dos processos judiciais do Boulevard São Bento, no valor de R\$ 145.195, e da Inepar, no valor de R\$ 84.725, conforme nota explicativa nº 17.4.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



21 Resultado financeiro, líquido

	Três meses	Três meses findo em		findo em
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	863	1.559	1.917	10.379
Juros ativos	357	1.296	3.894	1.953
Descontos obtidos	2.262	2.002	6.254	6.069
Ajuste a valor presente	(145)	(234)	(681)	(5.163)
	3.337	4.623	11.384	13.238
Despesas financeiras				
Despesas com juros	6	(25)	(408)	(77)
Despesas com juros atuariais	(3.894)	(1.651)	(11.682)	(4.953)
Outras despesas financeiras	(150)	(33)	(267)	(227)
	(4.038)	(1.709)	(12.357)	(5.257)
Variações monetárias e cambiais				
Variações monetárias líquidas	(194)	2.643	(771)	9.714
Variações cambiais líquidas	51	141	239	133
	(143)	2.784	(532)	9.847
Resultado financeiro líquido	(844)	5.698	(1.505)	17.828

22 Imposto de renda e contribuição social

22.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia não reconheceu créditos de impostos diferidos ativos, pois não há expectativa de lucro tributável para os próximos exercícios.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	30/09/2021	31/12/2020
Prejuízos fiscais	5.800.484	5.105.270
Base negativa da contribuição social	5.456.932	4.777.265

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)



22.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(174.078)	(502.935)	(804.744)	(1.406.228)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	59.186	170.998	273.613	478.118
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Lei 8.200/91 - CSLL ^(a)	(482)	(485)	(1.449)	(1.456)
Demais adições e exclusões, líquidas	(46.449)	(13.553)	(98.310)	(72.760)
Parcela não reconhecida sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.	(12.255)	(156.960)	(173.854)	(403.902)
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL do período	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

⁽a) Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.

23 Resultado por ação

23.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas	(174.078)	(502.935)	(804.744)	(1.406.228)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	7.553	7.183	7.553	7.183
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	0,004	0,004	0,004	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	7.553	7.183	7.553	7.183
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R\$)	(23,05)	(70,02)	(106,55)	(195,78)

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações, que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

24 Instrumentos financeiros e fatores de risco

24.1 Gestão de riscos financeiros

a) Contexto geral

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômicofinanceiro no curso normal dos seus negócios. Neste sentido, as atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos de mercado: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado;

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



 ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários.

b) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo custo amortizado. A classificação depende da análise da carteira de títulos como um todo, levando em consideração as características dos fluxos de caixa contratados e o objetivo do modelo de negócio de gestão dos ativos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado, compreendendo fornecedores, tributos e outras obrigações a pagar. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento, eles são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes		Custo amortizado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	73.763	187.320	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários (a)	-	-	6.453	8.617	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	120.304	217.551
Outros ativos	-	-	-	-	42.915	32.308
	73.763	187.320	6.453	8.617	163.219	249.859
Passivo						
Fornecedores	-	-	-	-	390.188	413.848
Partes relacionadas	-	-	-	-	448.273	252.133
Outras contas e despesas a pagar	-	-	-	-	14.312	3.806
Total					852.773	669.787

⁽a) Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fechado.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



24.2 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas. Desta forma, a Companhia não possui fluxos de caixa contratados por meio de dívidas de longo prazo a serem liquidados futuramente na data das demonstrações financeiras.

As ações mantidas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são de nível 1.

24.3 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente nas rubricas de caixa, equivalentes de caixa e contas a receber. Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB- concedida pelas agências Fitch Ratings e Standard & Poor's, BB+ concedida pela Moody's.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito. Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

24.4 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações.

A Companhia avalia que a participação de fornecedores estrangeiros em suas obrigações contratuais não é material na data das demonstrações financeiras.

24.5 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



24.6 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

24.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação na data das demonstrações financeiras.

24.8 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) Índice de limite máximo de endividamento, expresso pelo limite de representatividade de até 1% do total do passivo oneroso sobre o total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) Índice de cobertura, que representa que todas as entradas de caixa fizeram frente as obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia não possui passivo oneroso para fins de apuração do índice de endividamento. O índice de cobertura apurado é de 59,8% no período findo em 30 de setembro de 2021 e 69,9% em 31 de dezembro de 2020.

24.9 Garantias

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui garantias reais vinculadas a operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R\$ 3.692 (R\$ 3.906 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota 25 – Cobertura de Seguros. Em 30 de setembro de 2021, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 171.166.

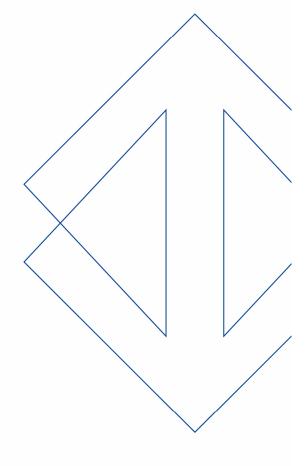
25 Cobertura de seguros

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020



	30/09/2021	31/12/2020
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais	1.180.228	1.024.365
Seguro garantia judicial	400.000	200.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	98.500	128.336
Seguro garantia compra de energia	104.015	104.015
Seguro de responsabilidade civil - administradores	30.000	30.000
Riscos diversos	3.212	2.610
Total	1.815.955	1.489.326



- www.metro.sp.gov.br



